



DESIGUALDADE DE GÊNERO NA ÁREA DA SAÚDE: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DO BRASIL DE 2002 A 2019

Autor: Lucas Sargentelli de Noronha – Universidade Estadual de Campinas

Orientadora: Prof. Dra. Angela Christina Lucas – Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: gênero, saúde, desigualdade, público, privado.

RESUMO

A desigualdade de gênero é um problema mundial na área da saúde. As mulheres são a maioria dos profissionais no setor, representando 70% das ocupações. A divisão sexual do trabalho, junto com dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres, contribui para que elas estejam em desvantagem no mercado de trabalho e, conseqüentemente, recebam salários menores. O setor público contribui para que essa desigualdade seja diminuída pelo seu modo de admissões, que majoritariamente, são feitos via concursos e posse de títulos. O que já não acontece no setor privado, visto que as contratações são feitas com autonomia dos empregadores que pode contribuir para as desigualdades de gênero.

O objetivo desta pesquisa foi fazer comparações entre gêneros no Brasil nos últimos anos, e mostrar quais são as principais diferenças entre homens e mulheres, que inclui salários, horas de trabalho semanais e escolaridade dos profissionais da saúde. Com base nas informações coletadas a partir do banco de dados do Relatório Anual de Informações Sociais, mostrou-se a desigualdade por regiões do Brasil, ao longo dos últimos anos.

RESULTADOS

Como resultado, percebeu-se que, ao longo dos anos, a elevação do número de profissionais mulheres na área da saúde foi muito superior em relação aos homens.

Em relação aos salários, observou-se que a média de remuneração dos profissionais foi ficando menor com o passar dos anos, devido ao fato de ter uma grande variação positiva para os trabalhadores que ganham até 2 SM. Viu-se, também, uma relação inversa entre a variação do número de trabalhadores e faixas salariais. Ou seja, quanto maior a remuneração, menor foi a sua variação, e quanto menor o salário, maior foi a sua variação.

Nas diferenças salariais por gênero, os homens tiveram uma variação salarial maior que as mulheres em pontos percentuais nas menores faixas salariais, entretanto, a força de trabalho das mulheres corresponde a mais que o dobro dos homens para a área da saúde, conforme mostrado na seção 4.1. Logo, há uma proporção muito maior de mulheres com salários mais baixos do que os homens, em comparação ao número de profissionais concentrados nas faixas salariais mais altas, conforme mostrou-se na tabela do item 4.1.

O setor privado, foi o responsável por ter o maior número de postos de trabalho, sendo um número muito superior ao setor público. Então, conclui-se que, devido a ele concentrar o maior número de profissionais nas menores faixas salariais, a diminuição da média salarial ao longo dos anos se deve a este fato. Além disso, notou-se que os postos de trabalho com as remunerações mais altas, foram diminuindo com o passar dos anos, resultando numa variação negativa.

No setor público, verificou-se que há uma diminuição nas menores e na maior carga horária, se concentrando principalmente nas jornadas de trabalho que vão de 20 a 40 horas semanais. Também, foi possível notar um aumento do número de mulheres que trabalham no setor, sendo mais que o dobro dos homens.

Na seção que tratou-se das regiões do Brasil, de modo geral, identificou-se que a região Sudeste concentra mais da metade dos profissionais do setor. A região Centro-Oeste, Nordeste e Norte, foram as que registraram a maior variação percentual do número de profissionais, mas, ainda assim, é muito inferior se comparado ao número absoluto de profissionais da região Sudeste.

Observou-se também, que no grau de escolaridade após 2005, houve uma diminuição do número de analfabetos até os profissionais que possuem fundamental completo, e um aumento de profissionais com Nível médio e superior completo. No geral, a diferença entre homens e mulheres com mesmo grau de escolaridade, foram relativamente próximas, exceto para nível superior completo, variável em que se identificou a maior discrepância entre eles, sendo as mulheres, os profissionais com a maior aumento na variação percentual para o nível. Resumidamente, o grau de escolaridade dos profissionais aumentou com o passar dos anos, porém, a média salarial diminuiu, ficando concentrado em grande parte nas faixas salariais mais baixas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Nelson Bezerra. Regulação do trabalho no contexto das novas relações público versus privado na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 2497-2506, 2010.

FERRO, Andrea Rodrigues et al. Discriminação salarial por gênero entre funcionários públicos no Brasil. **Anais**, p. 1-16, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO; INDICADORES SOCIAIS. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2019**. ibge, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política de Recursos Humanos para o SUS: Balanço e Perspectivas. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_16.pdf> Acesso em: 15 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **10 questões-chave para garantir a equidade de gênero no pessoal de saúde global**. Disponível em: <<https://www.who.int/es/news-room/feature-stories/detail/10-key-issues-in-ensuring-gender-equity-in-the-global-health-workforce>> Acesso em: 4 mai. 2020.

Relatório Anual de Informações Sociais. **O que é RAIS?** Disponível em:
<<http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>> Acesso em: 3 mai. 2020.